

Neste momento grave da pandemia, solidarizamo-nos com toda(o)s que adoeceram, que perderam pessoas queridas, com a(o)s profissionais da saúde e com a(o)s demais trabalhadora(e)s obrigada(o)s a se expor a riscos.

É importante resistirmos e lutarmos coletiva e organizadamente para enfrentar este tempo difícil, atenta(o)s ao ambiente onde trabalhamos e estudamos – a USP.

Apresentamos a seguir o Programa da nossa Chapa para as eleições da diretoria da Adusp, desejando que o leiam e o apoiem.

## Em defesa da universidade pública, dos direitos sociais e em luta pela democracia

Já há algum tempo temos sentido os efeitos perversos do produtivismo acadêmico e do pensamento gerencial em nosso cotidiano de trabalho. As exigências são cada vez maiores e vêm de todos os lados: agências de fomento, comissões centrais da universidade, bancas de concursos e processos de avaliação.

O sentimento de inadequação, o sofrimento e o adoecimento laborais estão se tornando realidade no ambiente de trabalho ao qual estamos sendo submetidos. A falta de democracia e de transparência das comissões e dos órgãos colegiados – a USP sequer cumpre o disposto na *Lei de Diretrizes e Bases para a Educação* acerca da constituição desses colegiados – contribui para que prevaleça a ideia de que de nada adianta reagir, de nada adianta se envolver nas lutas coletivas.

No entanto, fica cada vez mais claro que sem a organização coletiva não haverá possibilidade de reversão desse quadro. Se não reagirmos e construirmos uma resistência, nossos salários seguirão arrojados e a carreira docente seguirá numa espiral de contínua desvalorização; a USP não se democratizará; as comissões centrais continuarão agindo de forma injusta e arbitrária; a precarização do trabalho continuará.

Pode-se dizer o mesmo em relação ao ataque aos direitos sociais que vêm de todas as esferas de poder, com reflexos danosos para a universidade. O fim da aposentadoria com integralidade e paridade, por exemplo, implicou numa desvalorização da carreira docente e fomentou uma divisão na categoria que gera dificuldades na identificação dos reais agentes da precarização. Os baixos salários, conjugados à perda de direitos previdenciários, abrem ainda mais espaço para a atuação das fundações privadas autodeclaradas de apoio e dos cursos pagos, descaracterizando e direcionando o trabalho acadêmico, segundo interesses de cunho privado.

Com a pandemia, ao contrário de ações solidárias e em prol do coletivo, fomos submetida(o)s a aplicação desnecessária da *Lei Complementar 173/20*, com retirada de direitos pela Reitoria da USP (impedimento de ascensão na carreira, congelamento da contagem de tempo para pagamento de gratificações – sexta parte e quinquênio); a um aprofundamento do arrocho salarial; a uma sobrecarga de trabalho ainda maior; a ameaça de cortes de verbas para as universidades e para a Fapesp pelo governo do estado; a toda sorte de arbitrariedades do governo federal, que não reúne condições para exercer o poder nos marcos republicanos e democráticos.

No *manifesto “Em defesa da universidade pública, dos direitos sociais e em luta por democracia”*, um conjunto de colegas expressou a necessidade de construir um programa e de formar uma chapa para concorrer às eleições para a Diretoria da Adusp, que dê continuidade às ações da atual gestão no enfrentamento desses muitos ataques.

Como fruto deste processo de discussão, apresentamos o programa e a nominata da nossa chapa que concorre às eleições para a Diretoria da Adusp, biênio 21/23.

### Fortaleça sua entidade representativa!

**Nos dias 25, 26 e 27 de maio, vote nas eleições da Adusp!**

# Programa da chapa

Em defesa da universidade pública, dos direitos sociais e em luta pela democracia

## DOCENTES

### Sobre as condições de vida e trabalho

1. Defesa do RDIDP como regime preferencial de trabalho da(o)s professora(e)s na Universidade. Reafirmação de um corpo docente com condições adequadas para atuar de forma articulada no ensino, na pesquisa e na extensão, formado a partir de concursos públicos realizados com essa finalidade, frente às propostas que buscam dissociá-las e que precarizam e terceirizam tais atividades, com contratos temporários, não reposição de aposentadorias, “contratação” de pessoas em estágio de pós-doutorado, entre outras inadequações.

2. Reposição dos claros resultantes de aposentadorias e rescisões. Ampliação do quadro docente condizente com a função social da Universidade e com a expansão à qual a USP foi submetida nas últimas duas décadas. Abertura imediata de concursos para preenchimento das vagas ociosas e das ocupadas por professora(e)s temporária(o)s e estagiária(o)s de pós-doutoramento.

3. Luta para que a gestão da universidade considere todas as dificuldades enfrentadas pela(o)s docentes durante a pandemia, especialmente, as condições do trabalho e o ensino realizado de maneira remota.

4. Exigência de que a Reitoria respeite a(o)s servidora(e)s — docentes e funcionária(o)s técnico-administrativa(o)s — que trabalham em condições de insalubridade e periculosidade, garantindo os direitos dessa(e)s trabalhadora(e)s.

### Avaliação e Carreira

4. Rejeição do produtivismo, reproduzido pelas agências de fomento e adotado pelas comissões centrais de avaliação da USP e pela CERT, por considerar que ele não incentiva a reflexão crítica e pausada, pelo contrário, incentiva a competitividade, sacrificando o pleno desenvolvimento e a qualidade do trabalho acadêmico colaborativo.

5. Defesa de uma avaliação descentralizada, de caráter não punitivo, que favoreça o trabalho acadêmico e científico de qualidade e socialmente referenciado.

6. Adoção de uma avaliação do estágio probatório e do período experimental dos regimes de trabalho centrada nos departamentos, ou órgãos equivalentes, e unidades, sem intervenções arbitrárias de comissões centrais que devem funcionar apenas como instâncias de recurso. Esta avaliação deve ter por base a análise qualitativa e global das atividades de ensino, pesquisa, extensão e engajamento institucional.

7. Compromisso com o acompanhamento atento e crítico do processo de avaliação em curso, juntamente com a defesa do protagonismo e da autonomia dos departamentos ou órgãos equivalentes e unidades. Combate a qualquer tentativa de ranqueamento de colegas para fins de progressão na carreira.

8. Luta pela revogação do atual Estatuto do Docente e do Regimento Interno da nova Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que visam exercer controle e dar direcionamento à atividade docente, prejudicando o exercício do trabalho acadêmico de qualidade e o cumprimento da função social da universidade.

9. Luta pela extinção da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), composta por 13 membros escolhidos única e exclusivamente pelo reitor, pelo seu histórico de atuação arbitrária, punitiva e danosa para o ambiente acadêmico e para as relações de trabalho.

10. Revisão ampla da carreira docente, objetivando o fim da avaliação externa às unidades e a discussão da mudança que deu origem aos níveis horizontais.

11. Luta para que as questões de gênero sejam consideradas em todos os processos de ingresso e avaliação na carreira docente, especificamente, a maternidade. Que não se exija a apresentação de relatórios de ativi-

dades durante o período de licença maternidade, assim como seus prazos para entrega sejam estendidos.

### **Salários**

12. Defesa de uma política salarial para docentes e funcionária(o)s técnico-administrativa(o)s que garanta a manutenção do poder aquisitivo dos salários e a recuperação de perdas históricas. Luta pela elaboração de um plano de recomposição salarial que leve em conta as perdas históricas que, se consideradas desde 2008, já são da ordem de 35%.

13. Luta, em conjunto com a(o)s docentes da Unesp e da Unicamp, pela valorização salarial dos níveis iniciais da carreira.

14. Combate às iniciativas que descaracterizem os salários e que contribuam para a quebra de isonomia salarial entre a(o)s docentes da ativa e a(o)s aposentada(o)s.

15. Incorporação à folha salarial dos valores integrais dos cartões alimentação e refeição, nos moldes em que é feito pelas universidades federais, inclusive para as pessoas aposentadas.

### **Previdência**

16. Luta pela ampliação dos direitos previdenciários, com garantia de integralidade e paridade dos proventos da(o)s aposentada(o)s, atuais e futuros, em relação aos salários da(o)s docentes na ativa.

17. Contra a retirada de direitos adquiridos por ocasião da aposentadoria, por exemplo, como fez o governo Doria-Garcia por meio do Decreto 65.021/2020, que aumentou descontos da previdência de aposentada(o)s em plena pandemia.

## **UNIVERSIDADE**

### **Sobre a democratização e a transparência orçamentária e administrativa**

1. Luta pela instalação de uma Estatuinte Exclusiva, Soberana e Paritária, que elabore um novo estatuto para a USP, visando à sua efetiva democratização.

2. Luta por gestão democrática na Universidade, com representação paritária das três categorias em todos os seus órgãos colegiados, denunciando que a USP sequer respeita o previsto no *artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação* para a composição desses órgãos, mesmo que entendamos que a prescrição de 70% de docentes nos órgãos colegiados precise ser alterada em respeito à autonomia universitária.

3. Defesa de eleições diretas e paritárias para reitor(a) e diretora(e)s de unidade. Pela abolição da exigência de titularidade para candidaturas.

4. Defesa que presidenta(e)s de comissões estatutárias sejam eleita(o)s entre seus pares.

5. Abertura das contas da USP, com a publicação detalhada e completa e atualização sistemática dos dados referentes a todas as receitas e despesas

6. Exigência de que todas as instâncias da USP cumpram efetivamente a lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011).

7. Combate a práticas de gestão empresarial e privatista da Universidade não condizentes com a natureza e a destinação social do trabalho acadêmico.

8. Contra a institucionalização da prática de realizar reuniões de dirigentes como espaço deliberativo da USP, por ser instância paralela e que esvazia o Conselho Universitário (Co), cuja composição já exclui a ampla maioria da comunidade universitária.

9. Defesa da autonomia didático-financeira, com financiamento público adequado.

10. Luta pela aplicação das leis de reserva de vagas nos concursos públicos para docentes e servidora(e)s técnico-administrativa(o)s para negra(o)s, pessoas com deficiência e pela ampliação para pessoas transgênero.

### **Sobre questões de segurança**

11. Pela revogação do convênio entre a USP e a Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que contribui para a militarização dos campi e o uso da violência policial autorizado pela Reitoria. Contra a instalação de bases da Polícia Militar dentro dos campi.

12. Pela democratização das formulações referentes ao papel e dimensionamento da Superintendência de Prevenção e Proteção Universitária da USP e da Guarda Universitária.

13. Pela criação de fóruns para construção de propostas que envolvam toda a comunidade, interna e externa à USP.

### **Sobre as diversas formas de violência**

14. Contra todas as violências de gênero, sexual, racial, geracional, capacitista e moral na Universidade, fortalecendo as iniciativas institucionais e não-institucionais que forneçam orientação e acolhimento às vítimas.

15. Pela implantação de um Centro de Referência para atendimento às vítimas de violência, com profissionais que garantam atendimento médico, de enfermagem, psicológico, jurídico e de assistência social.

16. Combater toda forma de preconceito e discriminação por motivo de classe, raça, cor, gênero, orientação sexual, deficiência e geracional, dentro da Universidade.

17. Pela defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão.

18. Por uma Universidade verdadeiramente inclusiva e para todes.

### **Sobre o desmonte da USP**

19. Reposição imediata de aposentadorias e rescisões de servidora(e)s, que garanta a integralidade e a qualidade de disciplinas e cursos na USP.

20. Contratação de docentes e funcionária(o)s para creches, pré-escolas e para a Escola de Aplicação, repondo as aposentadorias e rescisões, bem como as demissões provocadas pelas duas etapas do PIDV adotado pela gestão Zago-Agopyan.

21. Defesa da manutenção das creches da Universidade. Reabertura da Creche Oeste com as condições adequadas para seu funcionamento pleno, como unidade de ensino, pesquisa e extensão. Pelo reconhecimento das e dos profissionais da educação infantil. Ampliação das vagas e preenchimento das vagas ociosas para crianças.

22. Contratação de profissionais da área de saúde induzidos pelo PIDV a deixar seus cargos, para a reabertura de leitos, ambulatórios e pronto-atendimentos, recuperando a qualidade do HU como unidade de ensino, pesquisa e extensão e de serviços à comunidade. Manutenção de ações junto ao Ministério Público em defesa do HU, contra sua desvinculação e privatização.

23. Luta por condições dignas e seguras de moradia no CRUSP, incluindo a reforma das áreas que se encontram sem condição de uso e das que estão precarizadas, bem como a instalação de sistema de acesso adequado à internet.

24. Garantia de permanência estudantil adequada, por meio das diversas formas de gratuidade ativa, de modo a reverter a precarização das condições de vida e trabalho acadêmico de estudantes sócio e economicamente menos favorecida(o)s.

25. Luta pela implementação e consolidação — em todos os cursos de todas as unidades da USP — do sistema de cotas sociais, étnico-raciais, para pessoas com deficiência e para pessoas transgênero. Por programas específicos de permanência estudantil e pela democratização do acesso à universidade com políticas e programas de permanência estudantil que visem inclusão e ampliação da diversidade, tendo como referências as propostas e os avanços já conquistados pelos movimentos sociais que há muito travam essa luta.

## **Sobre terceirização e desvinculação dos hospitais universitários**

26. Contra o continuado processo de terceirização que permite à Reitoria promover a precarização das atividades da Universidade como as de assistência à saúde, limpeza, segurança e assistência social, incluindo os restaurantes e as creches.

27. Contra qualquer projeto de privatização ou desvinculação dos atuais hospitais universitários da USP e pela garantia de condições que mantenham a qualidade das atividades realizadas pelo HU e pelo HRAC.

## **Sobre questões ambientais nos campi**

28. Compromisso com um amplo e participativo processo de incorporação de diretrizes e procedimentos socioambientais nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e também nas atividades de gestão.

29. Pelo cumprimento das leis e princípios socioambientais que garantam a integridade física, mental e moral de estudantes, docentes e funcionárias(o)s em todos os campi e unidades da universidade.

30. Compromisso com a recuperação plena da EACH no que se refere a questões socioambientais. Pela apuração e punição dos responsáveis pelo crime ambiental cometido e pelos danos causados a estudantes, docentes e funcionárias(o)s.

## **Sobre fundações e cursos pagos**

31. Defesa do caráter público e gratuito da Universidade, seja no acesso, seja na lógica do seu funcionamento, seja na destinação da sua produção.

32. Oposição à acumulação de cargos na administração da Universidade e em diretorias e conselhos curadores de fundações privadas, em especial no que se refere ao Conselho Universitário em que, atualmente, parte considerável de seus membros possui vínculo expressivo com entidades privadas autodeclaradas “de apoio” à USP.

33. Defesa de que o conhecimento produzido nas instituições públicas — universidades e institutos de pesquisa — seja de domínio público e de livre acesso.

34. Defesa da gratuidade em todos os cursos oferecidos pela universidade e/ou no espaço da universidade.

35. Combate a todo tipo de contratos e convênios com entidades privadas que impliquem a delegação de atividades-fim da Universidade ou a administração de recursos públicos às mesmas.

36. Luta contra o pagamento feito pelas unidades por serviços prestados pela universidade ou pelas prefeituras dos campi.

## **ENTIDADE**

1. Fortalecimento da organização de base da Adusp e do Conselho de Representantes (CR), ampliando a participação da(o)s docentes na entidade e estimulando o engajamento da(o)s associados nos Grupos de Trabalho temáticos, com um esforço especial em aproximar docentes recém-contratada(o)s.

2. Manter a prática de promover visitas às unidades, incluindo as regulares aos campi do interior, e de oferecer às e aos novos docentes concursada(o)s material de boas-vindas, contendo diversas publicações da Adusp.

3. Ampliação da presença da Adusp nos campi do interior, promovendo atividades, buscando a organização de coletivos locais (reunindo membros do CR, ex-diretora(e)s da Adusp, representantes da Diretoria e outras pessoas interessadas) e procurando estabelecer subsedes nos campi que ainda não contam com essa estrutura.

4. Fortalecimento do Fórum das Seis e do Andes-Sindicato Nacional. Apoio aos Grupos de Trabalho do Andes-SN, incentivando e viabilizando que a(o)s docentes interessada(o)s possam deles participar.

5. Manutenção e ampliação da atuação da assessoria jurídica nas questões gerais de interesse da(o)s docentes e na defesa da universidade pública e gratuita.

6. Discussão sobre a criação de uma assessoria psicológica a docentes, em especial nesse período de pandemia e pós-pandemia, para acolhimento e encaminhamento de casos quando for necessário.

7. Encaminhamento do debate sobre alteração na forma de contribuição paga à entidade, efetuando-se a cobrança de um percentual do salário bruto do associado, ao invés de um percentual que incida apenas sobre o salário-base, tornando-a mais justa e não regressiva.

## **SOCIEDADE**

1. Defesa da educação superior pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, contrapondo-se aos vários ataques vindos dos governos estadual e federal, que visam à precarização e ao desmonte do sistema público de ensino superior brasileiro.

2. Luta, juntamente com o Fórum das Seis, por mais recursos para a educação pública, incluindo a ampliação da dotação orçamentária das universidades estaduais e do Centro Paula Souza, de modo a fazer frente à significativa expansão ocorrida nas últimas décadas.

3. Luta pela substituição do vestibular por um sistema amplo e irrestrito de ingresso, que garanta o direito da população ao ensino superior de qualidade.

4. Combate às políticas para a educação que visem a legitimar ou favorecer mecanismos de uso indiscriminado do Ensino à Distância ou de ensino híbrido, em detrimento da educação presencial; sobretudo na formação inicial de professoras e professores.

5. Combate à adesão do governo Doria-Garcia ao programa do governo federal de Escolas Cívico-Militares (Ecim), que permite a delegação a militares de tarefas nas áreas de gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica.

6. Continuidade da luta pela aplicação de 10% do PIB nacional na educação pública.

7. Empenho na rearticulação de fóruns autônomos em defesa da escola pública em âmbito estadual e nacional.

8. Pelo direito à moradia digna e pela melhoria da qualidade do atendimento à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), com adequado financiamento público.

9. Luta contra os mecanismos de sonegação e evasão fiscal; defesa de uma reforma tributária com base em impostos progressivos e distributivos, que incidam sobre a renda da parcela abastada da população, sobre o lucro de empresas, de rentistas e da transferência de propriedades e capitais.

10. Defesa de todas as conquistas democráticas, fortemente ameaçadas pelo governo federal. Combate à militarização da sociedade e a incitação à violência promovida pelo governo Bolsonaro-Mourão e seus aliados. Fim da perseguição a lideranças políticas e sindicais e da impunidade para milícias e grileiros. Basta de justiça seletiva.

11. Contra o racismo, o capacitismo, o etarismo, a violência sexual, de gênero e os ataques à comunidade LGBTQIA+ crescentemente estimulados por setores sociais que dominam a estrutura de poder na sociedade.

12. Combate às políticas dos governos Bolsonaro-Mourão e Doria-Garcia que promovem a corrosão de instituições e órgãos de proteção ambiental e de setores sociais tidos como minoritários, ao invés de preservá-los, privilegiando a destruição ambiental, o desmatamento, o agronegócio e a apropriação e concentração de terras e de renda, assim como também a discriminação social.

13. Pela defesa dos povos originários, tradicionais e quilombolas e suas culturas.

14. Pela defesa da Amazônia e de todos os biomas brasileiros.

15. Apoio à luta pela reforma agrária e pelo fortalecimento da agricultura familiar numa perspectiva agroecológica.

16. Pela vida, pela vacinação gratuita de todas e todos, pelo SUS; por um auxílio emergencial digno; contra a fome e o desemprego.



# Em defesa da universidade pública, dos direitos sociais e em luta pela democracia

## Diretoria



### **Michele Schultz Ramos – Presidenta**

Fisioterapeuta formada pela PUC-Campinas, doutora em ciências morfofuncionais pelo ICB-USP. Professora doutora da EACH desde 2007 e orientadora do programa Neurociências e Comportamento do IP. Foi representante da categoria na Congregação da EACH. Esteve na vice-presidência da Adusp nas duas últimas gestões.



### **Annie Schmaltz Hsiou – 1ª vice-presidenta**

Formada em Ciências Biológicas pela PUC do Rio Grande do Sul, mestra e doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Paleontologia. Desde 2011 é professora no Curso de Ciências Biológicas e no Programa de Pós-Graduação em Biologia Comparada da FFCLRP-USP. Militante feminista, combina as pautas de feminismo e Ciência, atuando em temas como maternidade e a situação das mulheres na Ciência. É diretora da Adusp na atual gestão.



### **Celso Oliveira – 2º vice-presidente**

Prof. Associado da FZEA. Foi diretor regional da Adusp em Pirassununga, membro fundador do Coletivo Aqualtune Lab e do Coletivo Negro da FZEA. Atua na área de energia renovável e coordena o Laboratório de Eficiência Energética e Simulação de processos da FZEA.



### **Vanessa Martins do Monte – 1ª secretária**

Licenciada e bacharel em Letras pela USP, mestre e doutora em Filologia e Língua Portuguesa. Ingressou como docente em 2014 e atualmente é coordenadora do curso de Licenciatura em Letras da FFLCH. Representa a categoria dos doutores na Congregação da Faculdade.



### **Robert Sean Purdy – 2º secretário**

Historiador formado pela Queen's University (Canadá), é, desde 2006, Professor Doutor do Departamento de História onde pesquisa e ensina a história de movimentos sociais nas Américas. Foi membro do CR da Adusp.



### **Hélder Garmes – 1º tesoureiro**

Ingressou como docente na USP em 2001, sendo atualmente professor livre-docente. Foi da diretoria da Adusp na gestão 2011/2013 e na gestão 2019/2021. Foi representante dos doutores e, depois, dos associados na Congregação da FFLCH, onde ministra aulas no curso de Letras.



### **Adalgiza Fornaro – 2ª tesoureira**

Formada em Química pela Universidade Estadual de Londrina, mestra e doutora em Química Analítica pelo IQ/USP. Fez pós-doutorado no projeto Meteorologia e Poluição do Ar (1999 e 2001) e livre-docência em 2017. Desde 2002 é docente do IAG/USP, atuando na graduação e pós-graduação em Meteorologia e é uma das responsáveis pelo Laboratório de Análise de Processos Atmosféricos. É representante do IAG no CR da Adusp.

# Em defesa da universidade pública, dos direitos sociais e em luta pela democracia

## Diretorias regionais



### **Ana Carolina de Sousa Silva – Diretora Pirassununga**

Graduada em Física pela Universidade de São Paulo e Professora Doutora na Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos-USP desde 2011-atual. É orientadora dos Programas de Mestrado Profissional em Gestão e Inovação na Indústria Animal da FZEA/USP. Atua na área de zootecnia de precisão, com ênfase em processamento de sinais biológicos e processamento digital de imagens.



### **Eliel Soares Orenha – Diretor Bauru**

Professor doutor da Faculdade de Odontologia de Bauru - FOB/USP. Especialista em Saúde Coletiva, Mestre e Doutor em Odontologia Preventiva e Social. Professor nas Disciplinas de Orientação Profissional, Saúde Coletiva, Odontologia Legal e Bioética.



### **Gabrielle Weber Martins – Diretora Lorena**

Travesti, cientista molecular (USP, 2006), doutora em Física (USP, 2011) e professora da Escola de Engenharia de Lorena (USP). Estuda sistemas integráveis no contexto da Física de Altas Energias e da Matéria Condensada. Tem uma queda por sistemas topológicos e grafeno. Adora divulgar ciência na forma de podcasts e jogos. Coordenadora do Mamutes na Ciência. Nas horas vagas, milita pela causa LGBTQIA+.



### **Marcelo Zaiat – Diretor São Carlos**

Graduado e mestre em Engenharia Química pela UFSCar, doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela EESC-USP. Professor titular na EESC-USP, com atuação na área de Engenharia Ambiental e pesquisas em saneamento.



### **Patrícia Ferreira Monticelli – Diretora Ribeirão Preto**

FFCLRP. Etóloga, graduada em biologia e doutorada em Ciências pelo programa de Neurociências e Comportamento do Instituto de Psicologia da USP/SP. É professora associada do Depto de Psicologia da FFCLRP e coordenadora do GT Fauna da Comissão Técnica de Gestão Ambiental da SGA/USP. Foi representante dos doutores na congregação da FFCLRP, membro do conselho gestor do campus da USP de Ribeirão Preto e representante de unidade no CR da Adusp.



### **Paulo Eduardo Moruzzi Marques – Diretor Piracicaba**

Engenheiro agrônomo formado pela ESALQ/USP da qual é professor associado vinculado ao Departamento de Economia, Administração e Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada. Na gestão 2019-2020 da Adusp, ocupou a diretoria regional de Piracicaba.

## **Fortaleça sua entidade representativa!**

**Nos dias 25, 26 e 27 de maio, vote nas eleições da Adusp!**